

NEC Latin
America S.A.

**Demonstrações financeiras em 31
de dezembro de 2021**

Conteúdo

Relatório Gerencial	3
Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	4
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações do resultado	8
Demonstrações do resultado abrangente	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12

Relatório Gerencial

Senhores acionistas:

Os Diretores da Companhia apresentam a V. Sas. o presente Relatório e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Aspectos econômicos e financeiros

A Companhia apresentou ganhos no ano, com lucro líquido superior a R\$ 38 milhões, recuperando dessa forma grande parte das perdas apresentadas no ano anterior. As vendas mostraram um incremento de 20% no ano, que somado à melhora nas margens operacionais, resultou em uma margem bruta de quase R\$ 80 milhões, incremento de 26% em comparação ao ano anterior. O resultado operacional e o lucro líquido foram fortemente impactados pelo reconhecimento dos créditos advindos da exclusão do ICMS das bases de cálculo do Pis e da Cofins. O impacto no resultado operacional foi de R\$ 25,3 milhões e nas receitas financeiras de R\$ 23,4 milhões. Os créditos reconhecidos começaram a ser utilizados dentro do próprio período e continuarão gerando melhoras no fluxo de caixa da Companhia por alguns anos.

Desconsiderando a receita financeira advinda do reconhecimento dos créditos fiscais, a Companhia apresentou despesa financeira líquida de R\$ 8,8 milhões, uma piora significativa de 67,6% em relação ao ano anterior (despesa líquida de R\$ 5 milhões). Tal piora foi reflexo direto do acelerado aumento na taxa de juros básica da economia realizado pelo Banco Central, buscando o enfrentamento das taxas de inflação crescentes. A taxa Selic subiu de 2,0% a.a. no fim de 2020 para 9,25%a.a. no fim de 2021.

O lucro líquido significativo em 2021 reverteu o quadro de patrimônio líquido negativo do ano anterior, fechando o ano com saldo positivo de R\$ 18 milhões.

Agradecimentos

A Direção da Companhia agradece aos clientes, parceiros e fornecedores pela confiança e cooperação no relacionamento com a NEC Latin America S.A.

Agradecemos aos funcionários, que são nosso principal capital, por seu comprometimento e dedicação ao longo dos últimos anos, e principalmente por seus esforços em 2021, que foi um ano no qual enfrentamos e superamos juntos grandes desafios.

Além disso, somos especialmente gratos a nossa controladora NEC Corporation pelo apoio, segurança e credibilidade dispensados, que foram fundamentais para que alcançássemos bons resultados mesmo diante de um momento econômico desafiador.

São Paulo, 22 de abril de 2022.



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 6º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos Conselheiros e Diretores da

NEC Latin America S.A.

São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da **NEC Latin America S.A.** (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **NEC Latin America S.A.** em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório gerencial.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório Gerencial e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório Gerencial e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório Gerencial, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de Abril de 2022

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP014428/O-6



Catalina Satie Shikibu
Contadora CRC 1SP218752/O-4

NEC Latin America S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	2021	2020	Passivo	Nota	2021	2020
Caixas e equivalentes de caixa	7	14.298	62.944	Empréstimos e financiamentos	17	163.287	199.836
Outros investimentos		5	5	Fornecedores	18	56.688	58.510
Contas a receber	8	98.632	83.482	Passivos de arrendamento	19	3.092	2.271
Estoques	9	20.275	15.648	Imposto renda e contribuição social	10c	103	786
Imposto de renda e contribuição social	10a	5.565	21.266	Impostos e contribuições sociais	10d	8.628	8.132
Impostos e contribuições a recuperar	10b	30.995	9.479	Salários e férias a pagar		11.153	12.152
Despesas antecipadas	11	27.192	34.294	Adiantamento e créditos de clientes	20	3.941	21.535
Outros créditos		3.114	8.018	Outras provisões	21c	7.756	6.061
				Outras contas a pagar		3.698	3.090
Total do ativo circulante		200.076	235.136	Total do passivo circulante		258.346	312.373
Contas a receber de clientes	8	163	10.638	Passivos de arrendamento	19	4.289	6.097
Impostos e contribuições a recuperar	10b	34.366	11.248	Provisão para contingências	21a	6.978	12.797
Despesas antecipadas	11	2.717	1.697	Outras provisões	21c	7.455	13.229
Outros créditos		4.707	889				
Depósitos judiciais	12	32.368	35.257				
Total do realizável a longo prazo		74.321	59.729	Total do passivo não circulante		18.722	32.123
Imobilizado	15	17.818	23.786	Patrimônio líquido			
Outros investimentos	14	2.871	4.902	Capital social	22a	328.282	328.282
Intangível	16	428	1.060	Prejuízos acumulados		(291.008)	(329.265)
Total do ativo não circulante		95.438	89.477	Ações em tesouraria	22b	(9.259)	(9.259)
				Reserva de capital	22c	(9.641)	(9.641)
				Ajuste de avaliação patrimonial	22d	72	
				Total do patrimônio líquido		18.446	(19.883)
Total do ativo		295.514	324.613	Total do passivo e patrimônio líquido		295.514	324.613

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações do resultado

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Receita operacional	23	322.718	269.669
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	24	<u>(242.875)</u>	<u>(206.416)</u>
Lucro bruto		<u>79.843</u>	<u>63.253</u>
Despesas de vendas	25	(1.446)	(1.375)
Despesas administrativas e gerais	27	(74.301)	(68.198)
Redução a valor recuperável do contas a receber		446	(524)
Outras receitas	28a	31.628	4.819
Outras despesas	28b	<u>(11.150)</u>	<u>(11.038)</u>
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro líquido e impostos		<u>25.020</u>	<u>(13.063)</u>
Receitas financeiras	29	34.243	59.662
Despesas financeiras	29	<u>(19.634)</u>	<u>(64.928)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>14.609</u>	<u>(5.266)</u>
Resultado de equivalência patrimonial		-	(29.349)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social		39.629	(47.678)
Imposto de renda e contribuição social - corrente	10d	(1.372)	-
Imposto de renda e contribuição social - diferido		<u>-</u>	<u>-</u>
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		<u><u>38.257</u></u>	<u><u>(47.678)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		38.257	(47.678)
Outros resultados abrangentes			
Itens a serem reclassificados para o resultado do exercício em períodos subsequentes			
Ganho em operações de hedge de fluxo de caixa	22d	<u>72</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total		<u><u>38.329</u></u>	<u><u>(47.678)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reserva de Capital	Prejuízos acumulados	Ações em tesouraria	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Total patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2020	<u>328.282</u>	<u>(9.641)</u>	<u>(281.587)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>-</u>	<u>27.795</u>
Prejuízo do exercício	-	-	(47.678)	-	-	(47.678)
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2020	<u>328.282</u>	<u>(9.641)</u>	<u>(329.265)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>-</u>	<u>(19.883)</u>
Lucro líquido do exercício	-	-	38.257	-	-	38.257
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>72</u>	<u>72</u>
Saldos em 31 de dezembro de 2021	<u>328.282</u>	<u>(9.641)</u>	<u>(291.008)</u>	<u>(9.259)</u>	<u>72</u>	<u>18.446</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NEC Latin America S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020

(Em milhares de Reais)

	Nota	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		38.257	(47.678)
Ajustes por:			
Depreciação	15	8.283	9.643
Amortização	16	461	226
Baixa imobilizado e intangível	15/16	21.498	143
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	17	1.654	(9.554)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	17	5.194	4.761
Provisão de perdas de crédito esperadas do contas a receber	30	(1.418)	(1.368)
Provisão para perda nos estoques	9	(1.057)	344
Provisão para contingências	21a	1.828	6.542
Resultado de equivalência patrimonial		-	29.349
Juros sobre arrendamento mercantil a receber		-	(5)
Juros sobre passivos de arrendamento	19a	488	247
Atualização monetária de impostos a recolher	10d	145	239
Outras provisões	21c	(4.079)	76
		71.254	(7.035)
Variações nos ativos (aumento)/redução			
Contas a receber de clientes		(3.257)	42.217
Arrendamento mercantil a receber		-	165
Estoques		(3.570)	7.722
Impostos e contribuições a recuperar		(28.933)	(5.006)
Despesas antecipadas		6.082	8.666
Depósitos judiciais		4.535	1.034
Outros créditos		1.086	4.916
Outros investimento		2.031	-
Variações nos passivos aumento/(redução)			
Fornecedores		(1.822)	(21.097)
Passivos de arrendamento		23	(24)
Impostos e contribuições a recolher		(286)	(2.270)
Imposto renda e contribuição social		(683)	475
Salários e férias a pagar		(999)	(808)
Outras contas a pagar		608	878
Adiantamentos e créditos de clientes		(17.594)	21.087
Ajuste de avaliação patrimonial		72	-
Caixa proveniente das atividades operacionais		28.547	50.920
Contingências pagas	21a	(8.656)	(6.981)
Juros pagos sobre passivos de arrendamento	19a	(512)	(247)
Juros pagos sobre empréstimos	17	(6.033)	(4.355)
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais		13.346	39.337
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisições de imobilizado	15	(22.203)	(12.317)
Aquisições de intangível	16	(54)	(12)
Caixa líquido de controlada incorporada		-	792
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(22.257)	(11.537)
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recursos provenientes de novos empréstimos	17	72.000	132.000
Amortização dos passivos de arrendamento - principal	19a	(2.371)	(4.680)
Amortização de empréstimos - principal	17	(109.364)	(146.808)
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		(39.735)	(19.488)
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(48.646)	8.312
Caixa e equivalentes de caixa em 1º de janeiro		62.944	54.632
Caixa e equivalentes de caixa em 31 de dezembro		14.298	62.944
(Redução) aumento líquido em caixa e equivalentes de caixa		(48.646)	8.312
Transações que não movimentaram caixa			
Registro inicial do arrendamento mercantil		1.385	7.222
Incorporação NEC Cibernética:			
Contas a receber			1.486
Impostos e contribuições a recuperar			10.934
Despesas antecipadas			7.159
Outros créditos			1.040
Depósitos judiciais			67
Imobilizado			362
Intangível			902
Empréstimos e financiamentos			50.953
Fornecedores			6.563
Imposto renda e contribuição social			238
Impostos e contribuições sociais			95
Salários e férias a pagar			1.126
Adiantamento e créditos de clientes			64
Outras provisões			12.615
Provisão para contingências			1.192
Provisão para passivo a descoberto em controlada			(50.104)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A NEC Latin América S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado com sede em São Paulo, capital. A Companhia opera no segmento de TIC (Tecnologia da Informação e Comunicação), fornecendo soluções, produtos e serviços para corporações, empresas e governos. A Companhia fornece um amplo leque de soluções de acesso, transporte, core de rede e aplicações para as operadoras, assim como soluções de voz e redes para os clientes corporativos. A Companhia tem aumentado a sua atuação nestes segmentos, oferecendo soluções de serviços profissionais, com destaque na oferta de serviços gerenciados baseados em NOC (*Network Operation Center*) e SOC (*Security Operation Center*) e soluções de outsourcing. Alinhada às tendências dos mercados em que atua, a Companhia tem trabalhado também em soluções emergentes, como Cloud, SDN/NFV, RAN, Small Cells, OSS/BSS, Comunicações Unificadas, Cidades Inteligentes, Data Center, Segurança Integrada, entre outros.

Embora a Companhia apresente capital circulante líquido negativo, em 2021, obteve lucro líquido e seu patrimônio líquido voltou a ser positivo. Adicionalmente, a NEC Corporation, controladora da Companhia, se compromete em suportar financeiramente a Companhia, se necessário, durante o próximo exercício, garantindo a continuidade operacional da mesma.

Impactos causados pela pandemia da COVID-19

A Companhia continua monitorando os impactos decorrentes da pandemia do COVID-19 e mantém as medidas preventivas e mitigadoras adotadas desde 2020, em linha com os direcionamentos estabelecidos pelas autoridades de saúde no que se refere à segurança de funcionários e continuidade de suas operações. Entre as medidas adotadas pela Companhia destacam-se: (i) adoção da prática de trabalho remoto (home office), bem como implementação da possibilidade de retorno gradual e voluntário dos funcionários que não se auto declaram como grupo de risco aos escritórios em segurança, com base em diretrizes oficiais de saúde das cidades nas quais possuímos unidades. Além disso, a Companhia assumiu o modelo de trabalho híbrido e estudam, a possibilidade da retomada no 1º trimestre de 2022. Destacamos que a Companhia não adotou no período medidas de redução salarial e de jornada dos seus colaboradores, nem promoveu reduções de equipes fora do curso normal de suas operações.

Em 2020, houve queda de R\$ 35 milhões em vendas comparadas ao orçamento estabelecido na época, situação esta não observada em 2021, dado que a Companhia e seus clientes se adaptaram à pandemia da COVID-19.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 22 de abril de 2022.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 6.

3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens abaixo:

- Instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- Instrumentos financeiros não derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota explicativa 19.a** - Prazo do arrendamento: se a Companhia tem razoavelmente certeza de exercer opções de prorrogação.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 8** - Provisão de perdas de crédito esperadas do contas a receber
- **Nota 9** - Provisão para perdas de estoques
- **Notas 15/16** - Provisão para valor recuperável de imobilizado e intangível
- **Notas 15/16** - Depreciação e amortização de imobilizado e intangível
- **Nota 10.b** - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos: disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados
- **Nota 21a** - Provisão para contingências
- **Nota 30** - Mensuração de instrumentos financeiros

6 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data do balanço são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio naquela data. Ativos e passivos não monetários que são mensurados pelo valor justo em moeda estrangeira são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi determinado. Itens não monetários que são mensurados com base no custo histórico em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes da conversão são geralmente reconhecidas no resultado.

b. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

O contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR (Valor justo por meio do resultado), os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

Instrumentos financeiros

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA (Valor justo por meio de outros resultados abrangentes) - instrumento de dívida; ao VJORA -instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e

- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA (Outros resultados abrangentes). Essa escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- As políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- Como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- Os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- Como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- A frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Ativos financeiros - Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- Eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa;
- Termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;
- O pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- Os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Ativos financeiros - Avaliação do modelo de negócio

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato. Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros - Mensuração subsequente e ganhos e perdas:

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por impairment. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o impairment são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e impairment são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros - Classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Desreconhecimento

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos ou, ainda, no qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e, também, não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) Compensação

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge

A Companhia mantém instrumentos financeiros derivativos para proteger suas exposições aos riscos de variação de moeda estrangeira. Derivativos embutidos são separados de seus contratos principais e registrados separadamente caso o contrato principal não seja um ativo financeiro e certos critérios sejam atingidos.

Os derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo. Após o reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são normalmente registradas no resultado.

A Companhia designa certos derivativos como instrumentos de hedge para proteção da variabilidade dos fluxos de caixa associada a transações previstas altamente prováveis, resultantes de mudanças nas taxas de câmbio, além de determinados passivos financeiros derivativos e não derivativos como instrumentos de hedge de riscos cambiais de um investimento líquido em uma operação estrangeira.

No início das relações de hedge designadas, a Companhia documenta o objetivo do gerenciamento de risco e a estratégia de aquisição do instrumento de hedge. A Companhia também documenta a relação econômica entre o instrumento de hedge e o item objeto de hedge, incluindo se há a expectativa de que mudanças nos fluxos de caixa do item objeto de hedge e do instrumento de hedge compensem-se mutuamente

Hedges de fluxo de caixa

Quando um derivativo é designado como um instrumento de hedge de fluxo de caixa, a porção efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida em outros resultados abrangentes e apresentada na conta de reserva de hedge. A porção efetiva das mudanças no valor justo do derivativo reconhecido em ORA limita-se à mudança cumulativa no valor justo do item objeto de hedge, determinada com base no valor presente, desde o início do hedge. Qualquer porção não efetiva das variações no valor justo do derivativo é reconhecida imediatamente no resultado.

A Companhia designa apenas as variações no valor justo do elemento spot dos contratos de câmbio a termo como instrumento de hedge nas relações de hedge de fluxo de caixa. A mudança no valor justo do elemento futuro de contratos a termo de câmbio (forward points) é contabilizada separadamente como custo de hedge e reconhecida em uma reserva de custos de hedge no patrimônio líquido.

Quando a transação objeto de hedge prevista resulta no reconhecimento subsequente de um item não financeiro, tal como estoques, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são incluídos diretamente no custo inicial do item não financeiro quando ele é reconhecido.

Com relação às outras transações objeto de hedge, o valor acumulado na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são reclassificados para o resultado no mesmo período ou em períodos em que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso o hedge deixe de atender aos critérios de contabilização de hedge, ou o instrumento de hedge expire ou seja vendido, encerrado ou exercido, a contabilidade de hedge é descontinuada prospectivamente. Quando a contabilização dos hedges de fluxo de caixa for descontinuada, o valor que foi acumulado na reserva de hedge permanece no patrimônio líquido até que, para um instrumento de hedge de uma transação que resulte no reconhecimento de um item não financeiro, ele for incluído no custo do item não financeiro no momento do reconhecimento inicial ou, para outros hedges de fluxo de caixa, seja reclassificado para o resultado no mesmo período ou períodos à medida que os fluxos de caixa futuros esperados que são objeto de hedge afetarem o resultado.

Caso os fluxos de caixa futuros que são objeto de hedge não sejam mais esperados, os valores que foram acumulados na reserva de hedge e o custo da reserva de hedge são imediatamente reclassificados para o resultado.

c. Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor do faturamento, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia.

d. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de armazenagem e montagem e outros custos incorridos para trazê-los às suas localização e condição atuais. O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas estimadas necessárias para efetuar as vendas.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (“*impairment*”) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela administração, os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados.

O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, estas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Quaisquer ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos líquidos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos em outras receitas / despesas operacionais no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são reconhecidos no resultado quando incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é geralmente reconhecida no resultado, a menos que o montante esteja incluído no valor contábil de outro ativo. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja razoavelmente certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do prazo de arrendamento.

As vidas úteis estimadas para os itens do ativo imobilizado para os períodos corrente e comparativo são as seguintes:

	2021	2020
Instalações	10 anos	10 anos
Benfeitorias em bens de terceiros	10 anos	10 anos
Máquinas e equipamentos	5~10 anos	5~10 anos
Ferramentas e instrumentos	5 anos	5 anos
Móveis e utensílios	10 anos	10 anos
Veículos	5 anos	5 anos
Equipamentos de computação	5 anos	5 anos
Arrendamento mercantil financeiro de equipamentos de informática	3 anos	3 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício social e ajustados caso seja apropriado.

f. Ativos intangíveis

(i) Reconhecimento e mensuração

Ativos intangíveis incluem softwares adquiridos de terceiros e/ou gerados internamente pela Companhia. Os seguintes critérios são aplicados:

Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos os gastos apenas da fase de desenvolvimento desde que sejam demonstrados os seguintes aspectos:

- Envolvem um plano ou projeto visando novos softwares ou aprimoramento substancial de softwares já existentes;
- Os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável;
- O produto for técnica e comercialmente viável;
- Os benefícios econômicos futuros são prováveis; e
- A Companhia tem a intenção e os recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os gastos capitalizados incluem o custo de materiais, mão de obra direta, e outros custos diretamente atribuíveis à preparação do ativo para seu uso proposto. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

(ii) Gastos subsequentes

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Amortização

A Amortização é calculada sobre o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A amortização é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, que não é o caso, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados pela taxa de 20% a.a. (5 anos) quando referem-se a softwares utilizados como sistemas integrados e 33,33% a.a. (3 anos) para demais softwares adquiridos pela Companhia.

g. Arrendamentos

No início de um contrato, a Companhia avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação.

(i) Como arrendatário

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços individuais. No entanto, para os arrendamentos de propriedades, a Companhia optou por não separar os componentes que não sejam de arrendamento e contabilizam os componentes de arrendamento e não arrendamento como um único componente.

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo arrendatário na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado ou restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o arrendamento transfira a propriedade do ativo subjacente ao arrendatário ao fim do prazo do arrendamento, ou se o custo do ativo de direito de uso refletir que o arrendatário exercerá a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso será depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros implícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental da Companhia.

A Companhia determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado.

Os pagamentos de arrendamento incluídos na mensuração do passivo de arrendamento compreendem o seguinte:

- Pagamentos fixos, incluindo pagamentos fixos na essência;
- Pagamentos variáveis de arrendamento que dependem de índice ou taxa, inicialmente mensurados utilizando o índice ou taxa na data de início;
- Valores que se espera que sejam pagos pelo arrendatário, de acordo com as garantias de valor residual; e
- O preço de exercício da opção de compra se o arrendatário estiver razoavelmente certo de exercer essa opção, e pagamentos de multas por rescisão do arrendamento, se o prazo do arrendamento refletir o arrendatário exercendo a opção de rescindir o arrendamento.

O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se a Companhia alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência.

Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero.

(ii) Como arrendador

No início ou na modificação de um contrato que contém um componente de arrendamento, a Companhia aloca a contraprestação no contrato a cada componente de arrendamento com base em seus preços independentes. Quando a Companhia atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional.

Para classificar cada arrendamento, a Companhia faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, a Companhia considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente.

Quando a Companhia é um arrendador intermediário, esta contabiliza seus interesses no arrendamento principal e no subarrendamento separadamente. Esta avalia a classificação do subarrendamento com base no ativo de direito de uso resultante do arrendamento principal e não com base no ativo subjacente. Se o arrendamento principal é um arrendamento de curto prazo que a Companhia, como arrendatária, contabiliza aplicando a isenção descrita acima, esta classifica o subarrendamento como um arrendamento operacional.

Quando um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, a Companhia aplicará o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato.

A Companhia aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento. A Companhia, também, revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento.

A Companhia reconhece os recebimentos de arrendamento decorrentes de arrendamentos operacionais como receita pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento como parte de 'outras receitas'.

Arrendamentos de ativos de baixo valor

A Companhia optou por não reconhecer ativos de direito de uso e passivos de arrendamento para arrendamentos de ativos de baixo valor e arrendamentos de curto prazo, incluindo equipamentos de TI. A Companhia reconhece os pagamentos de arrendamento associados a esses arrendamentos como uma despesa de forma linear pelo prazo do arrendamento.

h. Redução ao valor recuperável (“Impairment”)

(i) Ativos financeiros não derivativos

Ativos financeiros não classificados como ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, incluindo investimentos contabilizados pelo método da equivalência patrimonial, são avaliados a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável.

Evidência objetiva de que ativos financeiros tiveram perda de valor inclui:

- Inadimplência ou atrasos do devedor;
- Reestruturação de um valor devido à Companhia em condições não consideradas em condições normais;
- Indicativos de que o devedor ou emissor irá entrar em falência;
- Mudanças negativas na situação de pagamentos dos devedores ou emissores;
- O desaparecimento de um mercado ativo para o instrumento; ou
- Dados observáveis indicando que houve um declínio na mensuração dos fluxos de caixa esperados de um grupo de ativos financeiros.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda por redução ao valor recuperável. Todos os recebíveis individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido identificada. Ativos que não são individualmente significativos são avaliados coletivamente quanto à perda de valor com base no agrupamento de ativos com características de riscos similares.

Ao avaliar a perda por redução ao valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração sobre se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida através do resultado.

Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial

Uma perda por redução ao valor recuperável referente a uma investida reconhecida pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado.

Uma perda por redução do valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes, por meio da taxa de desconto antes dos impostos que reflita as condições vigentes de mercado, quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos que não podem ser testados individualmente são agrupados no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou unidades geradoras de caixa.

Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

i. Benefícios a empregados

Plano de contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado dos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados.

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso o Grupo tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

j. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados, a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

k. Garantias

Uma provisão para garantias é reconhecida quando os produtos ou serviços são vendidos. A provisão é baseada em dados históricos de garantia em uma ponderação de todos os resultados possíveis em relação as probabilidades associadas.

l. Reestruturação

Uma provisão para reestruturação é reconhecida quando a Companhia tem aprovado um plano de reestruturação detalhado e formal, e a reestruturação já teve início ou já foi anunciada publicamente. Perdas operacionais futuras não são provisionadas.

m. Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações do contrato. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato e o custo líquido esperado para manter o contrato. A Companhia reconhece, antes de constituir a provisão, qualquer perda por redução ao valor recuperável de valor em ativos relacionados com aquele contrato.

n. Receita operacional

Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece receitas à medida que as obrigações de desempenho são satisfeitas, operacionalizado por um modelo de 5 passos para reconhecimento e mensuração: (1) Identificação de contratos com os clientes; (2) identificação das obrigações de desempenho previstas nos contratos; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço da transação de obrigação de desempenho prevista nos contratos e (5) reconhecimento da receita quando (ou à medida que) a entidade atender uma obrigação de desempenho.

Para a revenda de equipamentos e materiais, o reconhecimento de receitas ocorre quando o ativo é transferido ao cliente e este obtém o controle do mesmo, mediante comprovante de entrega assinado pelo cliente. O controle do ativo refere-se à capacidade de determinar o uso do ativo e de obter substancialmente a totalidade dos benefícios restantes provenientes do ativo.

O reconhecimento de serviços de software é realizado, igualmente à revenda de equipamentos e materiais, pois é um direito de uso de propriedade, tal como ela existe no momento em que a licença é concedida.

No caso de prestação de serviços, a receita é reconhecida ao longo do tempo quando a Companhia satisfaz à obrigação de performance, a qual é evidenciada por meio de documentos de aceite do cliente assinados e devidamente datados.

Quanto à determinação e alocação do preço de transação, de forma a estabelecer o valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca da transferência dos bens ou serviços prometidos ao cliente, a Companhia já precifica suas obrigações de desempenho de forma distinta conforme lista de preços unitária discriminadas em contrato.

o. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos, variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ganhos nos instrumentos de hedge que são reconhecidos no resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e perdas nos instrumentos de hedge que estão reconhecidos no resultado. Custos de empréstimos que não são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado por meio do método de juros efetivos.

Os ganhos e perdas cambiais de ativos financeiros e passivos financeiros são reportados em uma base líquida como receitas financeiras ou despesas financeiras dependendo se as variações cambiais estão em uma posição de ganho ou perda líquida.

p. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, exceto se estiverem relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou, em outros resultados abrangentes.

(i) Despesas de imposto de renda e contribuição social corrente

A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal, pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflita as incertezas relacionadas à sua apuração, se houver, sendo mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço.

Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

(ii) Despesas de imposto de renda e contribuição social diferido

Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para:

- Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil;

Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente.

Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço.

A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos.

Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos.

q. Mensuração do valor justo

Valor justo é o preço que seria recebido na venda de um ativo ou pago pela transferência de um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração, no mercado principal ou, na sua ausência, no mercado mais vantajoso ao qual a Companhia tem acesso nessa data. O valor justo de um passivo reflete o seu risco de descumprimento (non-performance). O risco de descumprimento inclui, entre outros, o próprio risco de crédito da Companhia.

Uma série de políticas contábeis e divulgações da Companhia requer a mensuração de valores justos, tanto para ativos e passivos financeiros como não financeiros (veja nota explicativa nº 30).

Quando disponível, a Companhia mensura o valor justo de um instrumento utilizando o preço cotado num mercado ativo para esse instrumento. Um mercado é considerado como ativo, se as transações para o ativo ou passivo ocorrerem com frequência e volume suficientes para fornecer informações de precificação de forma contínua.

Se não houver um preço cotado em um mercado ativo, a Companhia utiliza técnicas de avaliação que maximizam o uso de dados observáveis relevantes e, minimizam o uso de dados não observáveis. A técnica de avaliação escolhida incorpora todos os fatores que os participantes do mercado levariam em conta na precificação de uma transação.

Se um ativo ou um passivo mensurado ao valor justo tiver um preço de compra e um preço de venda, a Companhia mensura ativos com base em preços de compra e passivos com base em preços de venda.

A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é normalmente o preço da transação - ou seja, o valor justo da contrapartida dada ou recebida. Se a Companhia determinar que o valor justo no reconhecimento inicial difere do preço da transação e o valor justo não é evidenciado nem por um preço cotado num mercado ativo para um ativo ou passivo idêntico nem baseado numa técnica de avaliação para a qual quaisquer dados não observáveis são julgados como insignificantes em relação à mensuração, então o instrumento financeiro é mensurado inicialmente pelo valor justo ajustado para diferir a diferença entre o valor justo no reconhecimento inicial e o preço da transação. Posteriormente, essa diferença é reconhecida no resultado numa base adequada ao longo da vida do instrumento, ou até o momento em que a avaliação é totalmente suportada por dados de mercado observáveis ou a transação é encerrada, o que ocorrer primeiro.

r. Novas normas e interpretações ainda não adotadas

As normas, alterações e interpretações de normas emitidas, mas não vigentes até a data da emissão destas demonstrações financeiras, a qual a Companhia não esperam impactos significativos na aplicação destas alterações ou não se aplicam, estão abaixo apresentadas.

Contratos Onerosos – Custos para cumprir um contrato (alterações ao CPC 25/IAS 37)

As alterações especificam quais os custos que uma entidade inclui ao determinar o custo de cumprimento de um contrato com o objetivo de avaliar se o contrato é oneroso. As alterações aplicam-se a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022 para contratos existentes na data em que as alterações forem aplicadas pela primeira vez. Na data da aplicação inicial, o efeito cumulativo da aplicação das alterações é reconhecido como um ajuste do saldo de abertura em lucros acumulados ou outros componentes do patrimônio líquido, conforme apropriado. Os comparativos não são reapresentados.

Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32/IAS 12)

As alterações limitam o escopo da isenção de reconhecimento inicial para excluir transações que dão origem a diferenças temporárias iguais e compensatórias - por exemplo, arrendamentos e passivos de custos de desmontagem. As alterações aplicam-se aos períodos anuais com início em ou após 1 de janeiro de 2023. Para arrendamentos e passivos de custos de desmontagem, os ativos e passivos fiscais diferidos associados precisarão ser reconhecidos desde o início do período comparativo mais antigo apresentado, com qualquer efeito cumulativo reconhecido como um ajuste no lucro acumulado ou outros componente do patrimônio naquela data. Para todas as outras transações, as alterações se aplicam a transações que ocorrem após o início do período mais antigo apresentado.

As seguintes normas alteradas e interpretações não deverão ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

- Imobilizado: Receitas antes do uso pretendido (alterações ao CPC 27).
- Referência à Estrutura Conceitual (Alterações ao CPC 15).
- IFRS 17 Contratos de Seguros.
- Divulgação de Políticas Contábeis (Alterações ao CPC 26 e IFRS Practice Statement 2).
- Definição de Estimativas Contábeis (Alterações ao CPC 23).

Não existem outras normas, alterações e interpretações de normas emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

7 Caixa e equivalentes de Caixa

As aplicações financeiras são de curto prazo e de alta liquidez, as quais são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	2021	2020
Aplicações financeiras	13.347	60.369
Caixa e bancos	<u>951</u>	<u>2.575</u>
	<u>14.298</u>	<u>62.944</u>

Esses investimentos financeiros referem-se, em sua totalidade, a certificados de depósitos bancários, remunerados a taxa de 98% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário em 2021 e 97,9% a 98% em 2020, aplicados em instituições financeiras consideradas pela administração como de primeira linha e, classificadas na categoria de ativo financeiro mensurado a valor justo por meio do resultado.

8 Contas a receber

	2021	2020
Circulante:		
No País	101.048	87.532
No Exterior	278	144
Partes relacionadas exterior (Nota 13)	511	429
Menos:		
Perdas estimadas do contas a receber	<u>(3.205)</u>	<u>(4.623)</u>
Total circulante	<u>98.632</u>	<u>83.482</u>
Não circulante:		
No País	<u>163</u>	<u>10.638</u>
Total não circulante	<u>163</u>	<u>10.638</u>

As provisões para perdas do contas a receber de clientes e ativos de contrato são mensuradas a um valor igual à perda de crédito esperada para a vida inteira do instrumento.

Ao determinar se o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente desde o reconhecimento inicial e ao estimar as perdas de crédito esperadas, a Companhia considera informações razoáveis e passíveis de suporte que são relevantes e disponíveis sem custo ou esforço excessivo. Isso inclui informações e análises quantitativas e qualitativas, com base na experiência histórica da Companhia, na avaliação de crédito, as condições econômicas atuais e considerando informações prospectivas.

A Companhia presume que o risco de crédito de um ativo financeiro aumentou significativamente se este estiver com mais de 30 dias de atraso, excetuando títulos a receber de clientes classificados como *Carriers*, representada pelas operadoras de telefonia, aos quais possuem contratos específicos com modelo de pagamento vinculado aos eventos, conforme explicado na NE 30.

A Companhia considera um ativo financeiro como inadimplente quando:

- É pouco provável que o devedor pague integralmente suas obrigações de crédito à Companhia, sem que essa recorra a ações como a realização da garantia (se houver alguma); ou
- O ativo financeiro estiver vencido há mais de 90 dias, nos casos de títulos a receber de clientes classificados como *Enterprise*, referente aos clientes não operadoras, incluindo serviços de locação e manutenção de equipamentos de PABX e Cinema Digital.

9 Estoques

	2021	2020
Materiais para revenda:		
Nacionais	4.610	2.421
Importados	12.011	13.179
Adiantamento a fornecedores:		
Nacional	510	37
Importações em andamento	3.144	11
	20.275	15.648

Os saldos acima constam líquidos de provisão para ajuste ao valor de realização sobre materias de revenda nacionais e importados, sendo em 2021 o valor correspondente de R\$ 17.189 (R\$ 18.246 em 2020).

Movimento dos saldos

	2020	2021		
	Saldo final	Provisão de estoques	Baixa de provisão de estoques	Saldo final
Materiais para revenda:				
Nacionais	(9.584)	(1.593)	2.464	(8.713)
Importados	(8.662)	(3.346)	3.532	(8.476)
Total de Provisão para ajuste ao valor recuperável	(18.246)	(4.939)	5.996	(17.189)

	2019	2020			
	Saldo final	Adições	Incorporação de controlada	Baixas	Saldo final
Materiais para revenda:					
Nacionais	(8.499)	(4.278)	(3.144)	6.337	(9.584)
Importados	(9.403)	(5.123)	-	5.864	(8.662)
Total de Provisão para ajuste ao valor recuperável	(17.902)	(9.401)	(3.144)	12.201	(18.246)

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisão para ajuste ao valor de realização. A Companhia adota os seguintes critérios para a determinação do valor da provisão:

- **Itens sem movimentação de 3 até 6 meses:** Provisão de 30% do valor contábil.
- **Itens sem movimentação de 6 até 12 meses:** Provisão de 50% do valor contábil.
- **Itens sem movimentação há mais de 12 meses:** Provisão de 100% do valor contábil.
- **Itens emprestados e em situação simbólica para refaturamento:** Provisão de 100% do valor contábil.
- **Itens danificados:** Provisão de 100% do valor contábil.

Itens atrelados a contratos de manutenção tem sua provisão constituída mensalmente proporcionalmente ao prazo de contrato de forma que ao final do contrato, os itens nessa situação estejam com seu saldo 100% provisionado.

10 Impostos e contribuições

a. Imposto de renda e contribuição social

	2021	2020
Imposto de renda pessoa jurídica (“IRPJ”) e contribuição social sobre o lucro líquido (“CSLL”)	(i) <u>5.565</u>	<u>21.266</u>
Total circulante	<u>5.565</u>	<u>21.266</u>

(i) Imposto de renda pessoa jurídica e contribuição social - IRPJ/CSLL

Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Companhia não reconhece o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos sobre diferenças temporárias e prejuízo fiscal acumulado em decorrência de não possuir histórico de lucro tributável nos últimos anos e por não ser provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis em um futuro próximo e contra os quais seriam utilizados.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar nos montantes demonstrados abaixo:

Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2021	1.530.263
Base negativa de contribuição social	1.579.997
Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2020	1.532.022
Base negativa de contribuição social	1.581.757

A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social sobre o lucro está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.

Dentre os saldos de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social existem saldos acumulados até 31 de dezembro de 2007, no montante de R\$ 1.105.838 (R\$ 1.105.838 em 2020) e R\$ 1.123.114 (R\$ 1.123.114 em 2020) respectivamente, os quais não foram examinados pelos nossos auditores independentes.

b. Impostos e contribuições a recuperar

		2021	2020
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”)	(i)	2.013	2.012
Imposto sobre produtos industrializados (“IPI”)	(ii)	2.535	2.323
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”)	(iii)	3.512	4.673
Instituto nacional do seguro social (“INSS”)	(iv)	71	30
Programa Integração Social (“PIS”)	(i)	436	441
PIS e COFINS a compensar (ICMS na base de PIS e COFINS)	(v)	22.428	-
 Total circulante		30.995	9.479
 PIS e COFINS a compensar (ICMS na base do PIS e COFINS)	(v)	34.366	11.248
 Total não circulante		34.366	11.248

- (i) Programa Integração Social - PIS e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS
O saldo corresponde aos valores a compensar de PIS e COFINS sobre operações de importação de serviços e créditos sobre aquisição de ativo imobilizado destinados a locação a serem compensados na proporção de 1/48 avos.
- (ii) Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI
O saldo é composto por créditos nas operações mercantis e comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (iii) Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS
O saldo é composto por créditos nas operações mercantis, gerados nas unidades comerciais da Companhia podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.
- (iv) Instituto Nacional de Seguro Social - INSS
O saldo decorre de créditos originados de retenções nas vendas de serviços equiparados a construção civil e são compensados com o INSS incidente sobre a folha de pagamento da Companhia.
- (v) PIS e COFINS a compensar (ICMS na base do PIS e COFINS)

A Companhia questiona judicialmente a inclusão do ICMS na base de cálculo do PIS/ COFINS desde outubro de 2006. Em dezembro de 2006, a Companhia obteve liminar para a exclusão do ICMS destacado nas operações de venda da base de cálculo do PIS/COFINS. Durante o período de dezembro de 2006 até julho de 2008 foram depositados em juízo o total atualizado de R\$ 15,2 milhões. Em janeiro de 2019 houve o trânsito em julgado de decisão favorável à Companhia e, em março de 2019 o valor da provisão foi estornada, permanecendo o valor em depósito, parcialmente levantado em março de 2022, no importe de R\$ 14.503.819,58. O valor remanescente permanece depositado em juízo e sob discussão.

A Companhia já apresentou o competente pedido de habilitação de créditos decorrente da ação judicial transitada em julgado, sendo o pedido deferido e as compensações iniciadas. Há apenas um processo pendente de trânsito em julgado e habilitação de crédito administrativo, em que a União já concordou com a exclusão do ICMS destacado e apresentou desistência ao Recurso de Apelação interposto, em linha com o posicionamento adotado pelo STF quando do julgamento dos Embargos de Declaração opostos no RE nº 574706 (leading case), em maio de 2021 .

Em 2021, foi apurado o valor de crédito corrigido de R\$ 48,8 milhões, reconhecido nas rubricas “Outras Receitas” (valor do principal de R\$ 25,4 milhões) e “Outras Receitas Financeiras” (juros da atualização dos créditos pela Selic no montante de R\$ 23,4 milhões).

c. Imposto de renda e contribuição social a recolher

	2021	2020
IRRF de terceiros a recolher	-	348
CSLL parcelado	103	121
IRPJ parcelado	-	317
	103	786
Total circulante	103	786

d. Impostos e contribuições a recolher

		2021	2020
Impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09	(vi)	12.155	12.735
Depósitos judiciais s/ impostos a pagar adesão - Lei 11.941/09 (Nota 13)	(vi)	(8.815)	(9.452)
Impostos sobre importação a recolher (CIDE E IR)		1.155	1.126
PIS e COFINS sobre faturamento		1.048	689
ISSQN sobre faturamento		1.988	1.672
Imposto sobre produtos industrializados (“IPI”) sobre faturamento		-	220
Retenção ISSQN Lc 116/03 - serviços de terceiros		477	765
Imposto sobre a circulação mercadorias e prestação de serviços (“ICMS”) sobre faturamento		287	115
Outros		333	262
		8.628	8.132
Total circulante		8.628	8.132

(vi) Impostos a pagar adesão - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09

Em 24 de novembro de 2009, o Conselho de Administração da Companhia aprovou adesão ao programa de redução e parcelamento de tributos administrados pela Receita Federal do Brasil instituído pela Lei nº 11.941, de 27 de maio de 2009 e pela Portaria Conjunta PGFN/RFB nº 06/09 “REFIS IV”. Em 2017, a Controladoria aderiu ao PERT - Programa Especial de Regularização Tributária, nos termos da redação original do art. 2º, parágrafo 1º, incisos I e II, da MP 783/2017, posteriormente convertida na Lei Federal 13.496/2017, aproveitando da possibilidade de quitação de processos administrativos elegíveis por meio do desembolso de 7,5% (sete vírgula cinco por cento) do valor consolidado do débito, e quitação do restante com prejuízo fiscal e base de cálculo negativa de CSLL, conforme quadro abaixo:

Em 31 de dezembro de 2021, o valor total dos depósitos judiciais corresponde a R\$ 25.355 (R\$ 25.854 em 2020). O valor total dos débitos, no montante de R\$ 8.815 (R\$ 9.452 em 2020), após as reduções estabelecidas pelo programa fiscal da Lei nº 11.941/09, que ainda estão sujeitos à validação pelas autoridades competentes, para fins de apresentação foi compensado com os depósitos judiciais relacionados às ações a eles correspondentes até o limite do saldo passivo em aberto. O saldo remanescente dos depósitos judiciais, no valor de R\$ 16.540 (R\$ 16.402 em 2020), permaneceu apresentado no ativo não circulante, conforme demonstrado na Nota 12.

		<u>2020</u>	<u>2021</u>			
<i>Movimentação dos saldos</i>			<u>Adições</u>		<u>Exclusão</u>	
Processo	Imposto	Saldo Inicial	Correção Monetária (*)	Provisão	Baixa por Pagamento	Saldo Final
2003.61.00.020741-1	CPMF	2.560	54	-	-	2.614
2002.61.19.003660-4	INSS	609	5	-	-	614
2002.61.19.003659-8	INSS	509	5	-	-	514
2001.61.19.003653-3	INSS	161	1	25	(187)	-
2001.61.19.003654-5	INSS	558	5	102	(665)	-
MS 89.0031441-6						
96.0032851-0	IOF	1.035	9	-	-	1.044
MS 88.0037060-8 / 96.0011613-0	IOF	3.832	35	-	-	3.867
MS 88.0026225-2						
AO 2004.61.00.020665-4						
MC 2004.03.00.050.970-2	IOF	3.471	31	-	-	3.502
		<u>12.735</u>	<u>145</u>	<u>127</u>	<u>(852)</u>	<u>12.155</u>
		<u>2019</u>	<u>2020</u>			
<i>Movimentação dos saldos</i>			<u>Adições</u>		<u>Exclusão</u>	
Processo	Imposto	Saldo inicial	Correção Monetária (*)	Provisão	Baixa por Pagamento	Saldo Final
2003.61.00.020741-1	CPMF	2.471	89	-	-	2.560
2002.61.19.003660-4	INSS	600	9	-	-	609
2002.61.19.003659-8	INSS	502	7	-	-	509
2001.61.19.003653-3	INSS	159	2	-	-	161
2001.61.19.003654-5	INSS	550	8	-	-	558
MS 89.0031441-6						
96.0032851-0	IOF	1.020	15	-	-	1.035
MS 88.0037060-8 / 96.0011613-0	IOF	3.775	57	-	-	3.832
MS 88.0026225-2						
AO 2004.61.00.020665-4						
MC 2004.03.00.050.970-2	IOF	3.419	52	-	-	3.471
		<u>12.496</u>	<u>239</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>12.735</u>

(*) A correção monetária sobre o valor do principal foi calculada à taxa de 3,74% a.a. em 2021 (2,93% em 2020) e é determinada com base na Selic.

Conciliação da taxa efetiva

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2021	2020
Lucro/(Prejuízo) contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	39.629	(47.678)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social:		
Pela alíquota fiscal combinada	(13.474)	16.210
Adições permanentes:		

	2021	2020
Equivalência patrimonial	-	(9.979)
Despesas não dedutíveis	(1.083)	(1.271)
Exclusão da variação monetária dos créditos do ICMS na base de PIS e COFINS (i)	8.458	-
Outros itens:		
Diferenças temporárias	4.106	(108)
Prejuízo fiscal do ano	-	(4.852)
Compensação de prejuízo fiscal	622	-
Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício	(1.372)	-
Alíquota efetiva	(3%)	0%

- (i) O valor referente à taxa SELIC do indébito tributário foi excluído do campo de incidência do IRPJ/CSLL em razão da decisão favorável proferida nos autos do Mandado de Segurança nº 5026968-29.2019.4.03.6100, em linha com o posicionamento exarado pelo STF no RE nº 1063187, julgado em 09/2021 (*leading case*).

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação vigente.

11 Despesas antecipadas

	2021	2020
Custos antecipados de serviços	24.062	30.736
Seguros	1.483	1.682
Impostos sobre vendas não reconhecidas	1.586	1.844
Outros	61	32
Total circulante	27.192	34.294
Custos antecipados de serviços	2.577	1.684
Seguros	140	13
Total não circulante	2.717	1.697

12 Depósitos judiciais

	2021	2020
Processos tributários - exceto Anistia REFIS (i)	15.264	17.801
Processos tributários - Anistia REFIS (ii)	25.355	25.854
Processos previdenciários (i)	564	553
Processos trabalhistas (i)	602	2.058
Processos cíveis (i)	-	54
Total de depósitos judiciais	41.785	46.320
(-) Valores apresentados em uma base líquida com o passivo correspondente:		
Processos tributários - exceto Anistia REFIS	-	(417)
Processos trabalhistas	(602)	(1.194)
Total de depósitos apresentados em provisão para contingências (Nota 21a) (i)	(602)	(1.611)
Depósitos Anistia - REFIS	(602)	(9.452)

	2021	2020
Total de depósitos apresentados em impostos a recolher (Nota 10d) (vi)	<u>(8.815)</u>	<u>(9.452)</u>
Valores apresentados no ativo não circulante	<u>32.368</u>	<u>35.257</u>

- (i) Em 31 de dezembro de 2021, o valor de depósitos judiciais relacionados aos processos tributários (exceto REFIS), trabalhistas e cíveis, totalizava R\$ 16.430 (R\$ 20.466 em 2020). Deste montante, R\$ 602 (R\$ 1.611 em 2020) foram vinculados à provisão para contingências dos processos correspondentes, e apresentados no passivo não circulante. O saldo remanescente, de R\$ 15.828 (R\$ 18.855 em 2020) permaneceu apresentado no ativo não circulante.
- (ii) Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía R\$ 25.355 (R\$ 25.854 em 2020) em depósitos judiciais relacionados aos processos para os quais a Companhia aderiu ao REFIS - Lei nº 11.941/09 e Medida Provisória nº 470/09, o qual apresenta-se inferior ao montante da dívida à qual está atrelado, tendo em vista a existência de discussão em processo judicial específico sobre a possibilidade de inserção de determinados débitos em anistia, mesmo que referidos débitos, em seus processos próprios, tenham sido convertidos nos termos do disposto na Lei nº 11.941/09. Assim, em função do valor total dos depósitos judiciais relativos ao REFIS ser inferior ao total da provisão dos processos correspondentes, este montante é apresentado como fator redutor do saldo de impostos a recolher no passivo circulante até o limite do saldo em aberto, que em 31 de dezembro de 2021 corresponde a R\$ 8.815 (R\$ 9.452 em 2020). O saldo remanescente, de R\$ 16.540 (R\$ 16.402 em 2020), permaneceu apresentado no ativo não circulante.

Movimentação dos depósitos judiciais

	<u>2020</u>	<u>2021</u>				<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo final</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilização</u>	<u>Resgate</u>	<u>Reversões</u>	
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	17.801	384	-	(2.921)	-	15.264
Processos tributários (Anistia - REFIS)	25.854	354	(853)	-	-	25.355
Processos previdenciários	553	11	-	-	-	564
Processos trabalhistas	2.058	86	(1.513)	(29)	-	602
Processos cíveis	<u>54</u>	<u>1</u>	<u>(55)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
Total de depósitos judiciais	<u>46.320</u>	<u>836</u>	<u>(2.421)</u>	<u>(2.950)</u>	<u>-</u>	<u>41.785</u>

	<u>2019</u>	<u>2020</u>				<u>Saldo final</u>
	<u>Saldo final</u>	<u>Adições</u>	<u>Utilização</u>	<u>Resgate</u>	<u>Reversões</u>	
Processos tributários (exceto Anistia - REFIS)	17.892	273	(364)	-	-	17.801
Processos tributários (Anistia - REFIS)	25.569	285	-	-	-	25.854
Processos previdenciários	545	8	-	-	-	553
Processos trabalhistas	3.228	776	(1.851)	(95)	-	2.058
Processos cíveis	<u>53</u>	<u>1</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>54</u>
Total de depósitos judiciais	<u>47.287</u>	<u>1.343</u>	<u>(2.215)</u>	<u>(95)</u>	<u>-</u>	<u>46.320</u>

13 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2021 e 2020, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações comerciais de compra e venda de mercadorias para revenda e contratação de serviços, entre a Companhia e sua controladora final NEC Corporation, coligadas e outras partes relacionadas.

	2021	2020
Ativo circulante		
Contas a receber de clientes (Nota 8)	511	429
Outros créditos	697	5.999
	<u>1.208</u>	<u>6.428</u>
Passivo circulante		
Fornecedores (Nota 18)	2.950	3.182
Empréstimos e financiamentos (Nota 17)	-	16.131
Outras contas a pagar	284	252
	<u>3.234</u>	<u>19.565</u>
Resultado		
Receita operacional (Nota 23)	1.463	1.411
Compras	11.871	19.995
Reembolso de despesas	-	-

Os saldos entre partes relacionadas das contas patrimoniais e das contas de resultado da Companhia estão demonstrados abaixo:

	2021						
	Resultado		Ativo circulante		Passivo circulante		
	Vendas	Compras	Contas a receber de clientes	Outros créditos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Outras Contas a pagar
Controladora do Grupo							
NEC Corporation (Japão)	1.282	4.946	460	697	679	-	146
						-	-
Outras partes relacionadas							
NEC America, Inc. (EUA)	-	1.766	-	-	414	-	-
NEC Argentina S.A.	-	875	-	-	62	-	-
NESIC Brasil S.A.	-	24	-	-	-	-	-
NEC de Mexico S.A. de C.V.	181	-	1	-	-	-	-
NEC Colombia	-	-	50	-	-	-	-
NEC (UK) LTD.	-	-	-	-	1.700	-	-
NEC Management Partner LTD	-	986	-	-	-	-	138
NEC Iberia S.L.	-	3.064	-	-	-	-	-
NEC Energy Solutions, Inc	-	210	-	-	95	-	-
	<u>1.463</u>	<u>11.871</u>	<u>511</u>	<u>697</u>	<u>2.950</u>	<u>-</u>	<u>284</u>

2020							
Resultado		Ativo circulante		Passivo circulante			
Vendas	Compras	Contas a receber de clientes	Outros créditos	Fornecedores	Empréstimos e financiamentos	Outras Contas a pagar	
Controladora do Grupo							
NEC Corporation (Japão)	1.391	11.040	429	672	660	16.131	115
Outras partes relacionadas							
NEC America, Inc. (EUA)	7	5.346	-	-	478	-	-
NEC Argentina S.A.	-	1.279	-	1.011	59	-	-
NESIC Brasil S.A.	-	12	-	-	-	-	-
NEC Display Solutions of America, Inc.	-	100	-	-	-	-	-
NEC de Mexico S.A. de C.V.	-	-	-	1.862	-	-	-
NEC Unified Solutions Nederland B.V.	-	3	-	-	-	-	-
NEC Chile	13	-	-	1.025	-	-	-
NEC Colombia	-	-	-	1.429	-	-	-
NEC (UK) LTD.	-	-	-	-	1.985	-	-
NEC Management Partner LTD	-	776	-	-	-	-	137
NEC Iberia S.L.	-	1.329	-	-	-	-	-
NEC Energy Solutions, Inc	-	110	-	-	-	-	-
	<u>1.411</u>	<u>19.995</u>	<u>429</u>	<u>5.999</u>	<u>3.182</u>	<u>16.131</u>	<u>252</u>

14 Outros investimentos

Os ativos financeiros mantidos para venda representam participações em Empresas relacionadas nas quais a Companhia não possui influência significativa.

	Qtde. de quotas/ações	% de participação no capital social	2021	2020
Outros investimentos:				
NEC Argentina S.A.	19.831.774	4,71%	18.807	18.807
Provisão do investimento NEC Argentina	n/a	n/a	(18.807)	(16.776)
Nesic Brasil S.A.	2.768.722	12,56%	2.769	2.769
Boviel - Kyowa S.A.	979.575	1,86%	963	963
Provisão do investimento Boviel - Kyowa S.A.	n/a	n/a	(963)	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A	373.328	0,01%	102	102
Datavia	99.998	99,99%	94	94
Provisão para perda no valor recuperável: Datavia	n/a	n/a	<u>(94)</u>	<u>(94)</u>
Total Investimentos			<u>2.871</u>	<u>4.902</u>

Movimentação dos saldos

	Qtde. de quotas/ações	% de participação no capital social	Consolidado			
			2020	2021		
			Saldo Inicial	Adições	Exclusões	Saldo Final
Nec Argentina S.A.	19.831.774	4,71%	18.807	-	-	18.807
Provisão do investimento NEC Argentina	n/a	n/a	(16.776)	(2.031)	-	(18.807)
Nesic Brasil S.A.	2.768.722	12,56%	2.769	-	-	2.769
Boviel - Kyowa S.A.	979.575	1,86%	963	-	-	963
Provisão do investimento Boviel - Kyowa S.A.	n/a	n/a	(963)	-	-	(963)
Banco de Tokyo - Mitsubishi UFJ Brasil S.A.	373.328	0,01%	102	-	-	102
Datavia	99.998	99,99%	94	-	-	94
Provisão para perda no valor recuperável: Datavia	n/a	n/a	(94)	-	-	(94)
Total			4.902	(2.031)	-	2.871

15 Imobilizado

Custo	Instalações	Benfeitorias bens de terceiros	Direito de uso prédio (Nota 19a)	Máquinas e equipamentos (i)	Ferramentas e instrumentos	Móveis e utensílios	Veículos	Direito de Uso veículos Nota 19a)	Equipamentos de informática	Direito de uso equipamentos informática (Nota 19a)	Imobilização em andamento	Total
31 de dezembro de 2019	2.447	3.781	5.827	61.717	1.572	2.804	443	853	6.313	1.938	942	88.637
Adições	-	-	6.762	-	-	-	-	-	-	-	12.777	19.539
Transferências	-	9	282	6.584	24	24	-	205	-	-	(7.128)	-
Incorporação de controlada	350	-	-	74	-	489	-	-	5.508	-	-	6.421
Baixas	(2.447)	(3.747)	(5.827)	(1.287)	(53)	(2.011)	-	(153)	(677)	(89)	-	(16.291)
31 de dezembro de 2020	350	43	7.044	67.088	1.543	1.306	443	905	11.144	1.849	6.591	98.306
Adições	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.588	23.588
Transferências	267	447	615	26.172	-	754	-	33	22	737	(29.047)	-
Baixas	-	-	-	(24.300)	(18)	(4)	(133)	-	(174)	(661)	-	(25.290)
31 de dezembro de 2021	617	490	7.659	68.960	1.525	2.056	310	938	10.992	1.925	1.132	96.604
Depreciação												
31 de dezembro de 2019	(2.402)	(3.535)	(2.622)	(55.933)	(912)	(2.519)	(443)	(151)	(5.813)	(639)	-	(74.969)
Adições	(28)	(176)	(3.276)	(4.931)	(96)	(49)	-	(340)	(162)	(585)	-	(9.643)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Incorporação de controlada	(349)	-	-	(69)	-	(446)	-	-	(5.195)	-	-	(6.059)
Baixas	2.430	3.668	5.828	1.406	19	1.912	-	126	674	88	-	16.151
31 de dezembro de 2020	(349)	(43)	(70)	(59.527)	(989)	(1.102)	(443)	(365)	(10.496)	(1.136)	-	(74.520)
Adições	(48)	(89)	(1.578)	(5.181)	(86)	(110)	-	(347)	(296)	(548)	-	(8.283)
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Baixas	-	-	-	3.047	5	1	133	-	170	661	-	4.017
31 de dezembro de 2021	(397)	(132)	(1.648)	(61.661)	(1.070)	(1.211)	(310)	(712)	(10.622)	(1.023)	-	(78.786)
Valor líquido contábil:												
31 de dezembro de 2020	1	-	6.974	7.561	554	204	-	540	648	713	6.591	23.786
31 de dezembro de 2021	220	358	6.011	7.299	455	845	-	226	370	902	1.132	17.818

(i) A Companhia utiliza uma parcela dos itens de máquinas e equipamentos em contratos de locação para terceiros e esses sofrem depreciação acelerada de 20% ao ano.

16 Intangível

Custo	Gastos com desenvolvimento - Projetos	Gastos com softwares (a)	Imobilização em Andamento (Softwares)	Provisão redução ao valor recuperável	Total
31 de dezembro de 2019	-	8.837	-	-	8.837
Adições	-	12	-	-	12
Transferências	-	-	-	-	-
Incorporação de controlada	5.690	4.566	-	-	10.256
Baixas	-	(2)	-	-	(2)
31 de dezembro de 2020	5.690	13.413	-	-	19.103
Adições	-	-	54	-	54
Transferências	-	54	(54)	-	-
Baixas	(270)	(1.026)	-	-	(1.296)
31 de dezembro de 2021	5.420	12.441	-	-	17.861
Amortização					
31 de dezembro de 2019	-	(8.462)	-	-	(8.462)
Adições	-	(226)	-	-	(226)
Transferências	-	-	-	-	-
Incorporação de controlada	(5.417)	(1.092)	-	(2.846)	(9.355)
Baixas	-	-	-	-	-
31 de dezembro de 2020	(5.417)	(9.780)	-	(2.846)	(18.043)
Adições	(47)	(414)	-	-	(461)
Transferências	-	-	-	-	-
Baixas	45	1.026	-	-	1.071
31 de dezembro de 2021	(5.419)	(9.168)	-	(2.846)	(17.433)
Valor líquido contábil					
31 de dezembro de 2020	273	3.633	-	(2.846)	1.060
31 de dezembro de 2021	1	3.273	-	(2.846)	428

(a) Refere-se a gastos com softwares adquiridos de terceiros.

17 Empréstimos e financiamentos

	2021	2020
Empréstimos bancários (modalidade capital de giro)	74.272	99.465
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4131)	89.015	84.240
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 13)	-	16.131
 Total circulante	163.287	199.836

Termos e cronograma de amortização da dívida

Os termos e condições dos empréstimos em aberto foram os seguintes:

Natureza do Empréstimo	Moeda	Taxa Nominal de juros a.a.	Indexador	Data de vencimento	2021	2020
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4.131)	USD	0,54% aa	Libor + IR+Spread	18/03/2022	39.749	-
Empréstimos bancários (modalidade Lei 4.131)	USD	0,54% aa	Libor + IR+Spread	23/03/2022	32.459	-
Empréstimos com partes relacionadas (Nota 14)	BRL	11,4% a 1,9% a.a 10,4% a 1,7% a.a	Libor + IR+Spread	26/03/2021	-	16.131
Empréstimos bancários (repasso 3844)	USD	1,11%	Libor + IR+Spread	14/07/2021	16.806	37.380
Empréstimos bancários	USD	1,33%	Libor + IR+Spread	19/03/2021	-	31.467
Empréstimos bancários	USD	1,59%	Libor + IR+Spread	23/03/2021	-	15.394
Empréstimos bancários (modalidade CCB)	BRL	0,5% + 100% CDI	CDI-CETIP	22/07/2021	24.745	24.255
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	114,00%	CDI-CETIP	23/07/2021	24.740	24.258
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	114,80%	CDI	22/01/2021	-	12.325
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	117,00%	CDI	26/02/2021	1.177	1.147
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	119,00%	CDI	01/04/2022	1.102	1.039
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	122,00%	CDI	08/04/2022	1.066	1.039
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	135,00%	CDI	16/04/2022	959	934
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	135,00%	CDI	30/04/2021	-	623
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	144,00%	CDI	18/05/2021	-	829
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	144,00%	CDI	17/07/2021	-	1.238
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	29/07/2022	12.621	12.372
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	11/09/2021	-	2.056
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	02/10/2022	2.081	2.053
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	03/11/2022	1.551	1.536
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	17/11/2022	1.237	1.227
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	01/02/2021	-	838
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	114,00%	CDI	01/02/2021	-	1.632
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	114,00%	CDI	15/01/2021	-	314
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	114,00%	CDI	22/01/2021	-	1.047
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	114,80%	CDI	04/02/2021	-	157
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	05/03/2022	321	313
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	117,00%	CDI	12/03/2021	-	1.353

Natureza do Empréstimo	Moeda	Taxa Nominal de juros a.a.	Indexador	Data de vencimento	2021	2020
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	117,00%	CDI	19/03/2021	-	1.249
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	01/04/2022	147	143
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	29/07/2021	-	860
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	20/08/2021	-	1.213
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	29/09/2021	-	906
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL	CDI + 1%	CDI	04/11/2022	507	502
Empréstimos bancários (modalidade CGIRO)	BRL		CDI	26/11/2022	<u>2.019</u>	<u>2.006</u>
Total empréstimos					<u>163.287</u>	<u>199.836</u>

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“*covenants*”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

Movimentação dos saldos

	2021							
	2020	Adições			Baixas			
	Saldo final	Captações principal	Incorporação de controlada	Variação cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	Saldo final
Empréstimos bancários (modalidade capital de giro)	50.953	-	-	-	1.582	(26.129)	(1.618)	24.788
Empréstimos bancários	148.883	72.000	-	1.654	3.612	(83.235)	(4.415)	138.499
	<u>199.836</u>	<u>72.000</u>	<u>-</u>	<u>1.654</u>	<u>5.194</u>	<u>(109.364)</u>	<u>(6.033)</u>	<u>163.287</u>
	2020							
	2019	Adições			Baixas			
	Saldo final	Captações principal	Incorporação de controlada	Variação cambial	Juros provisionados	Amortização principal	Amortização juros	Saldo final
Empréstimos bancários (modalidade capital de giro/Incorporação)	-	-	50.953	-	-	-	-	50.953
Empréstimos bancários	172.839	132.000	-	(9.554)	4.761	(146.808)	(4.355)	148.883
	<u>172.839</u>	<u>132.000</u>	<u>50.953</u>	<u>(9.554)</u>	<u>4.761</u>	<u>(146.808)</u>	<u>(4.355)</u>	<u>199.836</u>

18 Fornecedores

	2021	2020
No País	29.494	27.900
No exterior	5.961	10.329
Partes relacionadas (Nota 13)	2.950	3.182
Provisão de custos (i)	<u>18.283</u>	<u>17.099</u>
Total circulante	<u>56.688</u>	<u>58.510</u>

- (i) A provisão de custos é baseada e constituída através da análise de projetos, de forma a assegurar o princípio da realização da receita e da confrontação das despesas no mesmo período contábil (regime de competência). Referida provisão é composta principalmente de gastos relativos à serviços já executados, porém ainda não faturados pelo fornecedor ou até pelo não recebimento da nota fiscal. O controle desta conta é feito periodicamente e a revisão da necessidade de complemento ou estorno desta provisão é feita mensalmente, através de formulário emitido pelo PM (Project Management) ou DCM (Delivery Control Management) do projeto e aprovado pelos superiores responsáveis.

19 Arrendamento mercantil

a. Passivos de arrendamento

A Companhia possui diversos contratos de locação com características de arrendamento mercantil financeiro, que foram reconhecidos no passivo tendo como contrapartida o reconhecimento do bem adquirido no grupo do ativo imobilizado, conforme requerido pelo CPC 06 sendo:

Item Arrendado	Qtde	Contrato/Aditivo	Prazo (Meses)	Taxa de Desconto VPL	Início Vigência	2021	2020
Notebooks	191	01-02 Convênio 0460	36	7,86%	mar/18	-	66
Notebooks e Desktops	174	01-03 Convênio 0460	36	6,48%	ago/19	168	410
Notebooks e Monitores	182	01-04 Convênio 0460	36	3,04%	dez/19	183	360
Veículo Jeep Compass	3	201905070005032	33	5,52%	out/19	54	143
Veículo Toyota Corolla e Toyota SW4	2	201905070005032	34	5,52%	ago/19	77	186
Veículo Toyota Camry	1	201905070005032	35	5,52%	set/19	54	118
Veículo Jeep Compass	1	201905070005032	35	5,87%	jan/20	29	55
Veículo Tiguau	1	18322	24	4,92%	set/20	24	54
Aluguel Prédio CGD		nº 3.3459-20-00	60	7,63%	ago/20	6.080	6.762
Aluguel Prédio Rio de Janeiro		19/20	24	4,55%	jul/20	86	214
Notebooks e Monitores	160	01-05 Convênio 0460	36	7,92%	mai/21	626	-
						7.381	8.368
Circulante						3.092	2.271
Não circulante						4.289	6.097

Contrato pós-fixado dos notebooks sem reajuste anual com vigência 36 meses, cláusula de opção de compra ao final do contrato mediante valor de mercado ao final do arrendamento.

O encerramento contratual antecipado é irrevogável e irretroatável pelas partes, uma vez que os bens são comprados segundo indicação da arrendatária e unicamente para serem arrendados à arrendatária.

Em 31 de dezembro de 2021, o valor contábil líquido dos bens adquiridos por meio dos contratos acima referidos e, que foram reconhecidos como parte integrante do ativo imobilizado, corresponde a R\$ 7.139, composto conforme segue:

	2021		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato 01-02 Convênio 0460	636	(495)	141
Equipamentos novos - contrato 01-03 Convênio 0460	480	(333)	147
Equipamentos novos - contrato 01-04 Convênio 0460	737	(123)	614
Veículo locado – contrato 201905070005032	256	(204)	52
Veículo locado – contrato 201905070005032	327	(254)	73
Veículo locado – contrato 201905070005032	204	(153)	51
Veículo locado – contrato 201905070005032	84	(57)	27
Veículo locado - proposta 18322	68	(44)	24
Aluguel do prédio Rio de Janeiro - contrato 19/20	307	(221)	86
Aluguel do Prédio - contrato CGD nº 3.3459-20-00	<u>7.352</u>	<u>(1.428)</u>	<u>5.924</u>
Valor líquido dos ativos adquiridos	<u>10.451</u>	<u>(3.312)</u>	<u>7.139</u>
	2020		
	Custo	Depreciação Acumulada	Líquido
Equipamentos novos - contrato 01-02 Convênio 0460	639	(586)	53
Equipamentos novos - contrato 01-03 Convênio 0460	636	(283)	353
Equipamentos novos - contrato 01-04 Convênio 0460	480	(173)	307
Veículo locado – contrato 201905070005032	247	(109)	138
Veículo locado – contrato 201905070005032	316	(136)	180
Veículo locado – contrato 201905070005032	197	(82)	115
Veículo locado – contrato 201905070005032	81	(28)	53
Veículo locado - proposta 18322	65	(11)	54
Aluguel do prédio Rio de Janeiro - contrato 19/20	282	(70)	212
Aluguel do Prédio - contrato CGD nº 3.3459-20-00	<u>6.762</u>	<u>-</u>	<u>6.762</u>
Valor líquido dos ativos adquiridos	<u>9.705</u>	<u>(1.478)</u>	<u>8.227</u>

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a obrigação da Companhia decorrente dos contratos de arrendamentos mercantis financeiros está composta pelos seguintes valores:

2021	Vencimento dos pagamentos futuros		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	3.497	4.768	8.265
Juros	(405)	(479)	(884)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	<u>3.092</u>	<u>4.289</u>	<u>7.381</u>

2020	Vencimento dos pagamentos futuros		
	Até 1 ano	2 - 5 anos	Total
Pagamentos mínimos futuros de arrendamento	2.733	6.878	9.611
Juros	(462)	(781)	(1.243)
Valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento	<u>2.271</u>	<u>6.097</u>	<u>8.368</u>

A seguir os impactos nas demonstrações financeiras para o exercício de 2021 relacionadas a adoção do CPC 06 (R2) em 01 de janeiro de 2021:

Impacto no balanço patrimonial

Direito de uso	2021
Saldo 31/12/2020	8.227
Ativos de direito de uso – lançamento inicial em 01/01/2021	1.385
Baixas	-
Depreciação	(2.473)
Saldo 31/12/2021	7.139
Arrendamentos a pagar (passivos de arrendamento)	-
Saldo inicial 31/12/2020	8.368
Passivos de arrendamento – lançamento inicial	1.385
Apropriação de juros e impostos	511
Pagamento principal	(2.371)
Pagamento juros	(512)
Passivos de arrendamento	7.381
Arrendamentos a pagar (passivos de arrendamento)	-

Direito de uso	2020
Saldo 31/12/2019	5.206
Ativos de direito de uso – lançamento inicial em 01/01/2020	7.222
Depreciação	(4.201)
Saldo 31/12/2020	8.227
Arrendamentos a pagar (passivos de arrendamento)	-
Saldo inicial 31/12/2019	5.850
Passivos de arrendamento – lançamento inicial	7.222
Apropriação de juros e impostos	223
Pagamento principal	(4.680)
Pagamento juros	(247)
Passivos de arrendamento	8.368
Arrendamentos a pagar (passivos de arrendamento)	-
<i>Impacto no resultado do exercício</i>	
	2021
Depreciação do direito de uso	(2.307)
Apropriação de juros dos arrendamentos	(487)
	2020
Depreciação do direito de uso	(4.201)
Apropriação de juros dos arrendamentos	(247)
<i>Impacto no Fluxo de caixa</i>	
	2021
Fluxo das atividades operacionais	
Apropriação de juros	488
Depreciação de direito de uso	(2.473)
Pagamento de juros – arrendamento mercantil	(512)
Fluxo das atividades de financiamento	
Pagamento de principal – arrendamento mercantil	(2.371)
Itens sem efeito caixa	
Adoção inicial	1.385
	2020
Fluxo das atividades operacionais	
Apropriação de juros	247
Depreciação de direito de uso	(4.201)
Pagamento de juros – arrendamento mercantil	(247)
Fluxo das atividades de financiamento	
Pagamento de principal – arrendamento mercantil	(4.680)
Itens sem efeito caixa	
Adoção inicial	7.222

20 Adiantamento e créditos de clientes

	2021	2020
Adiantamentos de Clientes Nacionais	3.941	2.464
Adiantamentos de Clientes Exterior	-	19.071
Total circulante	3.941	21.535

Do total de adiantamentos e créditos de clientes, R\$ 3.941 referem-se a recebimentos de clientes locais cujas receitas não foram reconhecidas ainda. O montante de R\$ 19.071, em 2020, de adiantamentos de clientes exterior, refere-se ao projeto de solução de *streaming* junto aos clientes DA SPV, a qual a receita foi totalmente reconhecida em 2021.

21 Provisões

a. Provisão para contingências

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas administrativas e judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas decorrentes das ações em curso, conforme segue:

	2021		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Tributárias	1.858	-	1.858
Trabalhistas	5.722	(602)	5.120
Cíveis	-	-	-
	7.580	(602)	6.978
	2020		
	Provisão	Depósito judicial	Líquido
Tributárias	2.101	(417)	1.684
Trabalhistas	12.103	(1.194)	10.909
Cíveis	204	-	204
	14.408	(1.611)	12.797

Movimentação dos processos no exercício

Provisão para contingências	2020		2021				
	Saldo final	Adições	Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação (ii)	Saldo final
Tributárias	2.101	3.235	(2.196)	-	(1.282)	-	1.858
Trabalhistas	12.103	4.376	(6.282)	-	(4.475)	-	5.722
Cíveis	204	75	(178)	-	(101)	-	-
	<u>14.408</u>	<u>7.686</u>	<u>(8.656)</u>	<u>-</u>	<u>(5.858)</u>	<u>-</u>	<u>7.580</u>
Depósitos judiciais							
Tributárias	(417)	(7)	-	-	1.334	(910)	-
Trabalhistas	(1.194)	(70)	-	10	674	(22)	(602)
	<u>(1.611)</u>	<u>(77)</u>	<u>-</u>	<u>10</u>	<u>2.008</u>	<u>(932)</u>	<u>(602)</u>
	<u>12.797</u>	<u>7.609</u>	<u>(8.656)</u>	<u>10</u>	<u>(3.850)</u>	<u>(932)</u>	<u>6.978</u>
	2019		2020				
Provisão para contingências	Saldo final	Adições	Utilização	Resgate	Reversões (i)	Reclassificação (ii)	Saldo final
Tributárias	4.392	2.604	(3.866)	-	(1.029)	-	2.101
Trabalhistas	9.263	10.915	(3.088)	-	(4.987)	-	12.103
Cíveis	-	231	(27)	-	-	-	204
	<u>13.655</u>	<u>13.750</u>	<u>(6.981)</u>	<u>-</u>	<u>(6.016)</u>	<u>-</u>	<u>14.408</u>
Depósitos judiciais							
Tributárias	(1.642)	(45)	364	-	-	906	(417)
Trabalhistas	(1.171)	(638)	-	30	910	(325)	(1.194)
	<u>(2.813)</u>	<u>(683)</u>	<u>364</u>	<u>30</u>	<u>910</u>	<u>581</u>	<u>(1.611)</u>
	<u>10.842</u>	<u>13.067</u>	<u>(6.617)</u>	<u>30</u>	<u>(5.106)</u>	<u>581</u>	<u>12.797</u>

- (i) As reversões de provisão referem-se principalmente a provisões anteriormente constituídas para processos tributários/trabalhistas/previdenciários com risco de perda provável que tiveram o risco alterado para possível ou remoto com base nos eventos ocorridos durante o exercício de 2021.
- (ii) Referem-se às reclassificações dos saldos de depósito judicial excedentes ao valor da provisão reconhecida nos processos relacionados para depósitos judiciais, no ativo não circulante.

Processos com risco de perda provável

Processos tributários

As contingências tributárias mais relevantes são representadas pelos seguintes processos:

- **Federal** - Processos administrativos, judiciais e outros, totalizando R\$ 1.858 (R\$ 1.684 em 2020).

- **Processos trabalhistas** - A Companhia se defende em 41 processos trabalhistas com risco de perda provável (72 em 2020), para os quais foram reconhecidas provisões que totalizam R\$ 5.722 (R\$ 12.103 em 2020). Estas ações trabalhistas possuem como objeto principal pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício por terceiros, horas-extras, comissões por vendas, insalubridade e periculosidade, não existindo processos de valor individualmente relevante.

Processos com risco de perda possível

- **Processos com risco de perda possível** - Dos processos classificados como de risco possível, os principais compreendem:
 - (a) Processo judicial decorrente de autuação lavrada pela Receita Federal em 2009, tendo como objeto o não recolhimento de imposto de renda retido na fonte sobre pagamentos supostamente sem causa ou operações não comprovadas, efetuados anteriormente ao ano 2000. A Companhia defende-se na esfera judicial, após obter resultado parcialmente favorável em sede administrativa, com a redução do montante da autuação de R\$ 321 milhões para R\$ 273 milhões (valores originais). O valor residual atualizado até 31 de dezembro de 2021 é R\$ 540 milhões (R\$ 531 milhões em 2020). Em 2019, a Companhia recebeu a carta de citação da Execução Fiscal nº 5020392-65.2019.4.03.6182, ajuizada pela Fazenda Nacional para cobrança do mesmo débito discutido na Ação Anulatória nº 0022825-93.2016.4.01.3400. Assim, considerando a lavratura de Certidão de Dívida Ativa e ajuizamento de Executivo Fiscal, foi acrescido o percentual de 20% no valor total da contingência a título de honorários de sucumbência, conforme disposto na CDA

b. Garantias e cartas fiança

A Companhia contratou garantias e fianças junto a instituições financeiras, para assegurar a continuidade de processos judiciais bem como outras operações comerciais, segue abaixo detalhamento dos montantes em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Tipo de garantia	2021			2020		
	Judiciais	Outros	Total	Judiciais	Outros	Total
Carta de fiança	28.605	1.787	30.392	33.961	1.652	35.613
Cheque caução	-	801	801	-	8	8
Seguro garantia	540.981	1.269	542.250	531.457	1.918	533.375
Total	569.586	3.857	573.443	565.418	3.578	568.996

c. Outras provisões

	2021	2020
Provisão contrato oneroso (ii)	6.660	4.796
Provisão sobre royalties	13	10
Provisão gastos com garantias (i)	571	573
Provisão de ISS	512	682
Total circulante	7.756	6.061
Provisões - honorários (iii)	4.186	4.611
Provisão contrato oneroso (ii)	2.443	7.786
Provisão gastos com garantias (i)	826	832
Total não circulante	7.455	13.229

(i) Provisão para garantias

A provisão para garantia está relacionada à venda dos produtos e equipamentos, ocorrida durante os anos encerrados em 31 de dezembro de 2021 e 2020. Referida provisão é calculada através de percentuais obtidos pelo histórico de consumo da garantia em períodos passados, aplicados na receita líquida mensal do faturamento de materiais e equipamentos. A Companhia considera utilizar a provisão existente em 31 de dezembro de 2021 durante os anos de 2022 e 2023.

(ii) Provisão para contrato oneroso

Provisão constituída em março de 2020 pela Nec Soluções de Segurança Cibernética, após avaliação de contratos em situação deficitária, aos quais atendiam as premissas de constituição de provisão para contrato oneroso previstas no CPC 25. O montante foi migrado para a Companhia em razão da incorporação da Controlada.

(iii) Provisões - honorários

Provisão relativa aos honorários previstos para pagamento dos advogados que estão acompanhando processos de contingências passivas em sua maioria de natureza tributária.

Movimentação das outras provisões no exercício

	2020		2021		
			Baixas		
	Saldo inicial	Adição a provisão	Utilização	Reversões	Saldo final
Provisão sobre royalties	10	130	(127)	-	13
Provisão gastos com garantias	573	60	(62)	-	571
Provisão para contrato oneroso	4.796	9.781	(7.917)	-	6.660
Provisão de ISS	682	-	-	(170)	512
Circulante	6.061	9.971	(8.106)	(170)	7.756
Provisões - honorários	4.611	3.686	(4.111)	-	4.186
Provisão para contrato oneroso	7.786	-	(5.343)	-	2.443
Provisão gastos com garantias	832	72	(78)	-	826
Não circulante	13.229	3.758	(9.532)	-	7.455

	2019		2020		
	Saldo inicial	Adição a provisão	Baixas		Saldo final
			Utilização	Reversões	
Provisão sobre royalties	11	107	(108)	-	10
Provisão gastos com garantias	456	173	(56)	-	573
Provisão para contrato oneroso	155	4.796		(155)	4.796
Provisão de ISS	758	-	(1)	(75)	682
	1.380	5.076	(165)	(230)	6.061
Circulante					
Provisões - honorários	4.467	1.536	(1.392)	-	4.611
Provisão para contrato oneroso	-	7.786	-	-	7.786
Provisão gastos com garantias	752	145	(65)	-	832
	5.219	9.467	(1.457)	-	13.229
Não circulante					

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2021, o capital social, subscrito e integralizado é de R\$ 328.282, e está representado por 618.075 (618.075 em 2020) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal, das quais 25 ações encontram-se em tesouraria.

b. Ações em tesouraria

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía em tesouraria 25 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal adquiridas em 1993 mediante aplicação de recursos originários das reservas de lucros, no montante de R\$ 9.259 (R\$ 9.259 em 2020) para futura alienação e/ou cancelamento.

c. Reserva de capital

Em 2016, foi reconhecido o valor de R\$ 10.443, correspondente a *Put and Call Option*, opção de compra futura dos 25% dos sócios minoritários da Arcon Informática S.A, de cuja Companhia adquiriu o controle de 75% do capital em 03 de outubro de 2016. Essa opção de venda futura foi contabilizada pelo método de acesso presente no patrimônio líquido.

Em outubro de 2018, foi realizada a compra dos 25% dos sócios minoritários da NEC Soluções de Segurança Cibernética Brasil S.A (antiga Arcon Informática S.A), cujo percentual sobre o patrimônio líquido representou R\$ 802, reduzindo para R\$ 9.641 o valor correspondente a *Put and Call Option*.

Em 30 de dezembro de 2020, a Controlada NEC Soluções de Segurança Cibernética Brasil S.A foi incorporada à Companhia.

d. Ajuste de Avaliação Patrimonial

Para proteger as exposições cambiais com relação à moeda estrangeira dólar norte-americanos (USD) na aquisição de estoque de fornecedores externos, a Companhia contratou operações com instrumentos derivativos denominadas “*Non-Deliverable Forward – NDF*”.

Em 31 de dezembro de 2021, a Companhia possuía resultado de instrumentos financeiros derivativos no valor de R\$ 72 referente a parte eficaz dos *hedges* de fluxo de caixa, contabilizados de acordo com Nota Explicativa 6 (b) (v).

23 Receita operacional

Abaixo apresentamos a abertura da receita operacional líquida:

	2021	2020
Receita operacional bruta		
Venda de produtos	133.406	163.409
Serviços prestados	250.581	173.284
Serviços prestados com partes relacionadas (nota 13)	1.463	1.411
Deduções		
Impostos sobre as vendas	(60.885)	(65.710)
Devoluções e abatimentos	(1.847)	(2.725)
Receita operacional	<u>322.718</u>	<u>269.669</u>

24 Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados

	2021	2020
Custo das mercadorias	(69.375)	(89.141)
Compras com partes relacionadas (Nota 13)	(11.871)	(19.995)
Custos com pessoal (Nota 26)	(29.610)	(24.646)
Depreciação e amortização	(5.367)	(2.531)
Fretes	(2.143)	(3.842)
Serviço de software	(41.131)	(45.413)
Serviço de consultoria	(6.526)	(871)
Serviço de manutenção	(18.424)	(13.445)
Serviços de terceiros e outros	(58.428)	(6.532)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	<u>(242.875)</u>	<u>(206.416)</u>

25 Despesas de vendas

	2021	2020
Royalties	(1.487)	(1.243)
Comissões sobre vendas	(19)	(20)
Ganho/Perda efetiva de contas a receber	60	(111)
Outras	-	(1)
Total	<u>(1.446)</u>	<u>(1.375)</u>

26 Despesas com pessoal

	2021	2020
Ordenados e salários	(45.135)	(40.205)
Contribuições compulsórias para previdência social	(14.566)	(12.553)
Provisões 13º salário e férias	(8.829)	(8.924)
Encargos assistenciais	(11.163)	(9.981)
Despesas encargos sociais (FGTS)	(5.343)	(5.179)
Honorários da administração (Nota 27)	(2.236)	(2.408)
Outros Proventos	<u>(3.747)</u>	<u>2.151</u>
Total	<u>(91.019)</u>	<u>(77.099)</u>

Do montante total de despesas de pessoal identificados no quadro acima, R\$ 29.610 (R\$ 24.646 em 2020) foram incluídos no custo dos produtos vendidos e serviços prestados e R\$ 61.409 (R\$ 52.453 em 2020) nas despesas administrativas e gerais.

27 Despesas administrativas e gerais

	2021	2020
Despesas com pessoal (Nota 26)	(61.409)	(52.453)
Serviços de terceiros	(8.968)	(11.980)
Gastos gerais:		
Ocupação - imóveis	(739)	(1.339)
Viagens	(398)	(975)
Processamento de dados	(3.318)	(3.072)
Comunicações	(342)	(360)
Impostos, taxas e contribuições	(532)	(902)
Veículos	(147)	(211)
Água, luz e gás	(331)	(431)
Depreciação/Amortização	(3.377)	(7.338)
Recuperação de gastos	7.152	12.721
Outros	<u>(1.892)</u>	<u>(1.858)</u>
Total	<u>(74.301)</u>	<u>(68.198)</u>

Remuneração pessoas chave da Administração

Os honorários da Administração, no montante total de R\$ 2.236 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.408 em 2020), incluem os salários, os encargos sobre salários e os benefícios de curto prazo.

28 Outras receitas e outras despesas

a. Outras receitas

	2021	2020
Reversão provisão para contingências	3.115	4.103
ICMS na base do PIS e COFINS (Nota 10.b)	25.385	-
Outros	<u>3.128</u>	<u>716</u>
Total	<u>31.628</u>	<u>4.819</u>

b. Outras despesas

	2021	2020
Despesa provisão para contingências	(9.098)	(10.756)
Provisão para perda de investimentos	(2.032)	-
Outras	(20)	(282)
Total	(11.150)	(11.038)

29 Receitas financeiras e despesas financeiras

	2021	2020
Receitas financeiras		
Ganhos com operações de <i>swap e hedge</i>	4.920	53.735
Variações monetárias ativas	3.365	2.008
Juros sobre aplicações financeiras	2.234	1.822
Descontos Financeiros obtidos	111	387
Juros referente ao créditos de PIS e COFINS (ICMS na base)	23.436	-
Outros	177	1.710
Total	34.243	59.662
Despesas financeiras		
Perdas com operações de <i>swap e hedge</i>	(3.430)	(7.539)
Variações cambiais passivas	(5.745)	(48.389)
Variações monetárias passivas	(2.376)	(2.908)
Juros	(5.689)	(5.029)
Efeito REFIS Lei 11.941/09 e MP 470/09 (i)	(146)	(239)
Outros	(2.248)	(824)
Total	(19.634)	(64.928)
Resultado financeiro	14.609	(5.266)

(i) Os valores de 2021 e 2020 referem-se aos juros sobre passivos fiscais incluídos no REFIS IV - Lei 11.941/09.

30 Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a administração pretende cobrir (principalmente câmbio) o qual é aprovado pela Administração para operacionalização da estratégia apresentada. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas *versus* condições vigentes no mercado.

A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. A Companhia opera somente com instituições financeiras consideradas de primeira linha. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela administração da Companhia.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia.

a. Gerenciamento de risco financeiro

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez;
- Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos;
- Risco de taxas de juros; e
- Risco de taxa de câmbio.
- Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Companhia, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco da Companhia.

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia realiza operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

O valor contábil dos ativos financeiros representam a exposição máxima do crédito, que na data das demonstrações financeiras foi:

	2021	2020
Caixa e bancos	951	2.575
Aplicações financeiras	13.347	60.369
Contas a receber de clientes	98.795	94.120
Outros créditos	7.821	8.907
Total	120.914	165.971

A classificação por data de emissão das notas fiscais dos contas a receber, arrendamento e outros créditos na data das demonstrações financeiras era o seguinte:

	2021		2020	
	Bruto	Provisão para perdas	Bruto	Provisão para perdas
NF emitidas até 30 dias	56.528	-	39.495	-
NF emitidas entre 31-90 dias	17.223	-	24.793	-
NF emitidas entre 91-180 dias	27.811	-	17.342	-
NF emitidas entre 181 - 365 dias	3.220	-	5.304	-
NF emitidas há mais de um ano	5.039	(3.205)	20.716	(4.623)
Total	109.821	(3.205)	107.650	(4.623)

Os títulos a receber acima são controlados conforme classificação por cliente, sendo *Carriers* representada pelas operadoras de telefonia (R\$ 85.574 em 2021); *Enterprise* referente aos clientes não operadoras, incluindo serviços de locação e manutenção de equipamentos de PABX e Cinema Digital (R\$ 16.263 em 2021) e Outros (R\$ 162 em 2021).

	2021		2020	
	Bruto	Provisão perdas	Bruto	Provisão perdas
NF emitidas até 30 dias	34.267	-	20.164	-
NF emitidas entre 31-90 dias	17.161	-	24.636	-
NF emitidas entre 91-180 dias	27.808	-	17.244	-
NF emitidas entre 181 - 365 dias	3.172	-	4.746	-
NF emitidas há mais de um ano	3.166	(929)	18.999	(2.467)
Total	85.574	(929)	85.789	(2.467)

Há contratos, junto aos clientes *Carriers*, que estabelecem eventos físicos e técnicos para a liberação de pagamentos parciais de cada nota fiscal emitida. As obrigações de desempenho que possibilitam o reconhecimento de receita são devidamente cumpridas, porém a existência de eventos para a liberação de pagamentos leva à existência de saldos de títulos não recebidos, porém emitidos há prazos relativamente longos. Muitos desses eventos de liberação dependem de *workflows* de aceitação internos aos clientes que, com frequência, são tratados com grande morosidade, levando a atrasos nos recebimentos apesar do cumprimento dos requisitos técnicos para liberação.

Apesar da morosidade no recebimento de títulos de alguns casos de clientes *Carrier*, a Companhia não possui histórico de perdas de valores a receber com estes, excetuando-se um caso pontual de pedido de recuperação judicial.

A provisão para perdas por redução no valor a recuperar são estimativas ponderadas pela probabilidade de perdas de crédito com base no tipo de contrato e análise de riscos envolvidos. O movimento na provisão para perdas por redução no valor recuperável em relação aos empréstimos e recebíveis durante o ano foi o seguinte:

	2021	2020
Saldo em 1º de janeiro	4.623	5.991
Reversão de provisão para redução ao valor recuperável	(1.239)	(2.329)
Provisão para redução ao valor recuperável	(179)	961
Saldo em 31 de dezembro	3.205	4.623

Risco de liquidez

Decorre da possibilidade de a Companhia encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamento à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

A seguir estão as maturidades de passivos financeiros não derivativos:

2021							
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	18	56.688	56.688	56.481	174	33	-
Empréstimos e financiamentos	17	163.287	163.554	76.981	86.573	-	-
Adiantamentos e créditos de clientes	20	3.941	3.941	3.941	-	-	-
Outras contas a pagar		3.698	3.698	3.698	-	-	-
Passivos de arrendamento	19	7.381	7.381	1.360	1.074	1.891	3.056
		<u>234.995</u>	<u>235.262</u>	<u>142.461</u>	<u>87.821</u>	<u>1.924</u>	<u>3.056</u>
2020							
	Nota	Valor contábil	Fluxo de caixa esperado	6 meses ou menos	6-12 Meses	1-2 anos	2-5 anos
Fornecedores	18	58.510	58.510	32.935	25.575	-	-
Empréstimos e financiamentos	17	199.836	200.646	87.974	112.672	-	-
Adiantamentos e créditos de clientes	20	21.535	21.535	21.535	-	-	-
Outras contas a pagar		3.090	3.090	3.090	-	-	-
Passivos de arrendamento	19	8.368	8.368	1.157	1.109	2.023	4.079
		<u>291.339</u>	<u>292.149</u>	<u>146.691</u>	<u>139.356</u>	<u>2.023</u>	<u>4.079</u>

Risco de preço das mercadorias vendidas ou dos insumos adquiridos

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados pela Companhia. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas e nos custos da Companhia. Para mitigar esses riscos, a Companhia monitora permanentemente os mercados locais e internacionais, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Risco de taxas de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia, sofrer redução nos ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação deste tipo de risco, somente são efetuadas aplicações financeiras vinculadas à variação do CDI. Para os empréstimos contratados em moeda estrangeira com taxa fixa, foram contratadas operações com derivativos (*Swaps*), convertendo as mesmas para percentual de variação do CDI.

Risco de taxas de câmbio

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio das moedas estrangeiras utilizadas pela Companhia, para aquisição de insumos e empréstimos no exterior. A Companhia avalia permanentemente a contratação de operações de hedge (*Swaps*) para mitigar esses riscos.

A exposição da Companhia ao risco de oscilações na moeda estrangeira está composta pelos seguintes valores (base em valores nominais):

	USD (000)	
	2021	2020
Em milhares de moeda estrangeira		
Contas a receber (exterior)	50	28
Contas a receber (partes relacionadas)	84	83
Estoque - Importações em trânsito	563	4
Empréstimos em moeda estrangeira (Lei 4131)	(15.952)	(16.211)
Fornecedores (exterior)	(1.231)	(1.955)
Fornecedores (partes relacionadas)	(188)	(209)
Exposição líquida	(16.674)	(18.260)

Os valores de outras contas a pagar e outros créditos com partes relacionadas são oriundos de transações originadas em moeda local (Reais) e que portanto não estão sujeitos à oscilação nas taxas de câmbio.

Para se proteger contra os riscos de variação cambial sobre os saldos expostos a moeda estrangeira, a Companhia utiliza-se de instrumentos derivativos como compra a futuro de moeda estrangeira e *Swaps*. Apesar disso, os vencimentos desses instrumentos financeiros derivativos não estão casados com os vencimentos dos compromissos acima em moeda estrangeira, não se tratando de um hedge efetivo.

Análise de sensibilidade de variações e risco de exposição cambial

Apresentamos no quadro abaixo os valores nominais referentes à variação cambial sobre o saldo de valores contábeis sujeitos a este tipo de risco. Os valores correspondem aos efeitos no resultado foram calculados com base no saldo das exposições cambiais na data dessas demonstrações financeiras. O cenário provável considera a taxa de câmbio de R\$ 5,5805 idêntica à taxa utilizada nestas demonstrações financeiras, razão pela qual este cenário apresenta resultado nulo. Para os cenários A e B, a taxa do cenário provável foi aumentada em 25% e 50% respectivamente, sendo as taxas obtidas R\$ 6,9756 e R\$ 8,3708 para risco de aumento da cotação da moeda. Já para o risco de efeito da proteção do dólar futuro, cuja taxa de contrato é de R\$ 5,6589 a taxa do cenário provável foi aumentada em 25% e 50% para os cenários A e B respectivamente, sendo as taxas obtidas R\$ 7,0736 e R\$ 8,4884.

Operação	Moeda	Exposição em USD (000)	Risco	Efeito em R\$ no resultado		
				A		B
				Provável	Possível 25%	Remoto 50%
Exposição líquida em moeda estrangeira	USD	16.674	Aumento da cotação do USD	-	(23.262)	(46.525)
Contratos de dólar futuro	USD	1.550	Efeito da proteção do dólar futuro	-	2.193	4.386
<i>Swap</i> s/ empréstimos em moeda estrangeira	USD	15.952	Efeito da proteção dos swaps	-	22.255	44.510
			Efeito total no resultado	-	1.186	2.371

b. Valor justo de instrumentos financeiros derivativos

O quadro abaixo apresenta todas as operações de instrumentos financeiros derivativos contratados, assim como os respectivos valores justos calculados pela Administração da Companhia com liquidação no vencimento de cada operação.

	Valor de referência		Valor justo	
	(USD mil)		(R\$ mil)	
	2021	2020	2021	2020
Contratos futuros				
NDF's vencimento 03/01/2022	2.370	2.000	(124)	(277)

Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia auferiu ganhos de R\$ 1.490 (ganhos líquidos de R\$ 46.196 em 2020) com instrumentos financeiros derivativos, que encontram-se registrados na conta de receitas (ganhos) e despesas (perdas) financeiras no resultado (Nota 29).

c. Valor justo de instrumentos financeiros não derivativos

Os saldos contábeis e os valores justos dos instrumentos financeiros não derivativos incluídos no balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 estão identificados a seguir:

	2021	
	Valor contábil	Valor Justo
Ativo		
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo:		
Aplicações financeiras	13.347	13.347
Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo:		
Caixa e equivalentes de caixa	951	951
Outros investimentos	5	5
Contas a receber de clientes	98.795	98.795
Outros créditos	7.821	7.821
	120.919	120.919
Passivo		
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		
Empréstimos e financiamentos	163.287	163.287
Fornecedores	56.688	56.688
Adiantamentos e crédito de clientes	3.941	3.941
Outras contas a pagar	3.698	3.698
Passivos de arrendamento	7.381	7.381
	234.995	234.995

	2020	
	Valor contábil	Valor Justo
Ativo		
Ativos financeiros mensurados pelo valor justo:		
Aplicações financeiras	60.369	60.369
Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo:		
Caixa e equivalentes de caixa	2.575	2.575
Outros investimentos	5	5
Contas a receber de clientes	94.120	94.120
Outros créditos	8.907	8.907
	165.976	165.976
Passivo		
Passivos financeiros não mensurados ao valor justo		
Empréstimos e financiamentos	199.836	199.836
Fornecedores	58.510	58.510
Adiantamentos e crédito de clientes	21.535	21.535
Outras contas a pagar	3.090	3.090
Passivos de arrendamento	8.368	8.368
	291.339	291.339

d. Hierarquia de valor justo

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possíveis. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (inputs) utilizadas nas técnicas de avaliação segundo a forma:

- **Nível 1:** Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- **Nível 2:** Inputs, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- **Nível 3:** Inputs, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

A Companhia reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças.

A tabela abaixo apresenta instrumentos financeiros registrados pelo valor justo.

	2021		
Descrição	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo:			
Aplicações financeiras	-	13.347	-
Total	-	13.347	-
Passivos financeiros derivativos:			
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/empréstimos)	-	(2.663)	-
Total	-	(2.663)	-

Descrição	2020		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Ativos financeiros a valor justo:			
Aplicações financeiras	-	60.369	-
Total	-	60.369	-
Passivos financeiros derivativos:			
Swap (Hedge) a pagar (NDF e swap s/emprestimos)	-	(2.333)	-
Total	-	(2.333)	-

31 Eventos Subsequentes

Durante o primeiro trimestre de 2022, a Companhia realizou a captação de R\$ 72.000.000,00 de empréstimo para financiamento de seu capital de giro. A taxa de juros deverá significar a taxa de CDI+0,80% (R\$40.000.000,00) e CDI+0,79% (R\$ 32.000.000,00) ao ano.

Os contratos de empréstimos não possuem cláusulas de cumprimento de índices financeiros (“covenants”) e não estão vinculados a quaisquer garantias.

* * *

Conselho de Administração

Yasushi Tanabe
 Presidente do Conselho de Administração

Toshiya Matsuki
 Substituto do Presidente do Conselho de Administração

Tetsuo Fukano
 Conselheiro de Administração

Diretoria

Yasushi Tanabe
 Presidente

Angelo de Almeida Guerra
 Diretor Geral das Operações Brasil

Hiroshi Obuchi
 Vice-Presidente Econômico e Financeiro

Ana Maria F. A. Ravaglia Duarte
 Vice Presidente Executiva

Controladoria

Flávio Hirata
Controller

Mitsue Hori Katayama
Contadora - CRC/SP 1SP336551/O-7